



Diálogos

ISSN 2177-2940



Anarquismo, repressão e clandestinidade no Brasil: os anarquistas durante a década de 1960.¹

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v26i1.56512>

Antonio Cleber Rudy

 <https://orcid.org/0000-0002-3887-4024>

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC): Florianópolis-SC, BR

E-mail: vanrudy@gmail.com

Anarchism, repression and clandestinity in Brazil: the anarchists during the 1960s.

Abstract: This text aims to allocate the Brazilian anarchist movement in the scenario of the civil-military dictatorship. So, in the face of the 1964 coup, what would be the position of anarchist groups? How was your political-cultural production? It is certain that with the repression that from 1964 promoted a series of arrests and "mistreatment", libertarians would start to act with some caution. Years later, in 1968, with the approval of the AI-5, a more intense phase of repression would affect various social movements, whose libertarian strongholds were also the target of attacks, such as the invasion and depredation of the Professor José Oiticica Study Center, located in Rio de Janeiro, accompanied by the arrest and torture of its militants. In the midst of this, in Rio Grande do Sul, in the city of Porto Alegre, a police-military inquiry was carried out against students accused of anarchist subversion. Therefore, in the face of such dark times, clandestinity would present itself as a correct path for the survival of anarchist practices and knowledge.

Key words: anarchism; military dictatorship; libertarian culture.

Anarquismo, represión y clandestinidad en Brasil: los anarquistas durante la década de 1960.

Resumen: Este texto busca ubicar al movimiento anarquista brasileño en el escenario de la dictadura cívico-militar. Entonces, frente al golpe de 1964, ¿cuál sería la posición de los grupos anarquistas? ¿Cómo fue tu producción político-cultural? Es cierto que con la represión que a partir de 1964 promovió una serie de detenciones y "maltratos", los libertarios empezarían a actuar con cierta cautela. Años más tarde, en 1968, con la aprobación del AI-5, una fase más intensa de represión llegaría a varios movimientos sociales, cuyos reductos libertarios fueron también blanco de ataques, como la invasión y depredación del Centro de Estudios Profesor José Oiticica, situado en Rio de Janeiro, acompañado de la detención y tortura de sus militantes. En medio de esto, en Rio Grande do Sul, en la ciudad de Porto Alegre, se llevó a cabo una investigación policial-militar contra estudiantes acusados de subversión anarquista. Por tanto, ante tiempos tan oscuros, la clandestinidad se presentaría como un camino correcto para la supervivencia de las prácticas y el conocimiento anarquistas.

Palabras clave: anarquismo; dictadura militar; cultura libertaria.

Anarquismo, repressão e clandestinidade no Brasil: os anarquistas durante a década de 1960.

Resumo: Este texto visa alocar o movimento anarquista brasileiro no cenário da ditadura civil-militar. Assim, diante do golpe de 1964, qual seria a posição dos agrupamentos anarquistas? Como ficou sua produção político-cultural? É certo que com a repressão que a partir de 1964 promoveu uma série de prisões e "maus-tratos", os libertários passariam a atuar com certa cautela. Anos depois, em 1968, com a aprovação do AI-5 uma etapa mais intensa de repressão atingiria diversos movimentos sociais, cujos redutos libertários também foram alvo de investidas, a exemplo da invasão e depredação do Centro de Estudos Professor José Oiticica, localizado no Rio de Janeiro, acompanhada da prisão e tortura de seus militantes. Em meio a isso, no Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, um inquérito policial-militar era lavrado contra estudantes acusados de subversão anarquista. Logo, diante de tais tempos sombrios, a clandestinidade se apresentaria como um acertado caminho para a sobrevivência das práticas e saberes anarquistas.

Palavras-chave: anarquismo; ditadura militar; cultura libertária.

1 Este artigo é fruto do Pós-Doutorado (2020 – 2021) realizado junto ao programa de pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Brasil.

Recebido em: 04/11/2020

Aprovado em: 05/02/2021

*É preciso muito sonho. Muito desejo, muita crença
nas possibilidades de cada um e na de todos
para que possamos superar obstáculos, vencer dificuldades,
construir possibilidades remotas, tornar em ato
o que parecia um sonho impossível.*

Jaime Cubero

A história do Brasil contemporâneo está marcada por agitações políticas, sociais e religiosas, bem como por drásticos episódios contra diversos tipos de movimentos sociais, a exemplo das perseguições promovidas contra o anarquismo. Assim, vale lembrar os amargos anos da década de 1920, vividos sob a repressão promovida pelo governo de Eptácio Pessoa (1919-1922), bem como o estado de sítio do governo Arthur Bernardes (1922-1926), que desfez boa parte dos núcleos libertários atuantes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Não obstante, na década de 1930, novo processo de repressão contra os denominados subversivos ganharia tônica durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, uma vez que, em 1935, as autoridades passam a reprimir movimentos de ideias “avançadas e extremistas”, com isso, silenciando sua imprensa, ainda como, fichando, prendendo e deportando importantes lideranças anarquistas ligadas ao movimento operário e anticlerical. Nessa senda, novo impulso coercivo ocorreria com a implantação do Estado Novo (1937-1945). Logo, tal cenário de perseguições a diversos agrupamentos políticos resultaria, em 1937, no fechamento, pela polícia política, do Centro de Cultura Social (CCS), localizado em São Paulo².

Posteriormente, com a redemocratização levada a cabo a partir de 1945 com o governo Dutra³, os anarquistas, mesmo que de maneira modesta, voltariam a recompor parte dos seus quadros, como denota a reconstituição do Centro de Cultura Social (CCS), na cidade de São Paulo, em junho de 1945. Desta forma, entre as décadas de 1940 e 1960, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, tem-se, entre os núcleos de difusão do anarquismo, o Centro de Cultura Social (2ª fase, 1945, São Paulo); a Editora Germinal (1947, Rio de Janeiro); o Centro de Estudos Professor José Oiticica (1958, Rio de Janeiro); a Cooperativa Editora Mundo Livre (1962, Rio de Janeiro); o Grupo Editor Guilda de Estudos Sociais (1962, São Paulo); e os periódicos *Remodelações* (1945, Rio de Janeiro), *Ação Direta* (1946, Rio de Janeiro), *A Plebe* (nova fase, 1947, São Paulo), *O Libertário* (1960, São Paulo) e *Dealbar* (1965, São Paulo)⁴.

2 O Centro de Cultura Social (CCS) foi fundado por anarquistas, em 1933, na cidade de São Paulo. Em 1937, durante o Estado Novo, acabou fechado pelo aparato policial de Getúlio Vargas.

3 Referência ao governo do general Eurico Gaspar Dutra que esteve no poder de 1946 a 1951.

4 Como destaca Allyson Bruno Viana, durante o referido período, houve outros periódicos alinhados com a propaganda libertária, a exemplo de *O Archote* (RJ, 1947), *Revolta* (RJ, 1947), *Spartacus* (RJ, 1947), *Ação Sindical* (SP, 1958). Por sua vez, no Sul do Brasil, na cidade de Porto Alegre-RS, no final da década de 1960, surge o jornal *O Protesto* (1967-1968). Cf. VIANA, Allyson Bruno. *Anarquismo em papel e tinta: imprensa, edição e cultura libertária*

Claramente, a partir da segunda metade da década de 1940 “as ideias libertárias novamente ganhavam as páginas dos livros, em edições diretamente ligadas ao movimento” ou ainda por intermédio de editoras convencionais, tais como Sagitário (São Paulo), José Olympio (Rio de Janeiro) e Progresso (Salvador) – que faziam vir à tona textos da autoria de Rudolf Rocker e Piotr Kropotkin. Diante disso, coube à imprensa libertária o papel de importante divulgador dessa atividade editorial (VIANA, 2014, p. 179).

Segundo destaca Rafael Viana da Silva (2017, p. 211), “o objetivo político dos anarquistas de 1945 a 1964 era o de fundar uma organização anarquista nacional, projeto iniciado com a atuação da União Anarquista de São Paulo e a União Anarquista do Rio de Janeiro”, por sua vez, entre intenções e resultados, “tal objetivo deu lugar a horizontes mais modestos, principalmente a partir de 1959, quando as organizações anarquistas limitaram seu espectro de ação”. Enquanto que, “em relação ao universo dos trabalhadores, em específico no mundo sindical, o objetivo era o de reinserir o anarquismo em suas entidades”.

Ecos libertários no decorrer da década de 1960

É certo que, para os anarquistas o cenário da segunda metade do século 20, era um tanto diferente dos tempos de sua forte atuação nos meios operários vividos nas primeiras décadas, considerando-se que, de lá pra cá, “as bases sindicais dos anarquistas foram quase que totalmente solapadas em detrimento da hegemonia de trabalhistas e comunistas” (SILVA, 2018, p. 351). Apesar disso, em 1963, ao discorrer sobre o movimento operário, numa tentativa de fazer oposição à conduta dos sindicatos governistas, o jornal *O Libertário* (São Paulo) afirmava: “o sindicato operário deve ser um organismo de ação, de luta, da qual devem participar todos os seus membros”, ou seja, “a vida sindical operária deve ser uma escola de solidariedade, onde todas as deliberações sejam tomadas e postas em práticas por consenso geral e nunca pela vontade de um ou de uns tantos indivíduos” (Ambas passagens, *O LIBERTÁRIO*, 01/1963, p. 4). No entanto, tais anseios de organização coletiva dos trabalhadores estavam com os seus dias contados, uma vez que, ainda na década de 1960, um novo golpe tomaria de assalto a república, fustigando o movimento sindical.

Assim, após o golpe civil-militar de abril de 1964, em 1º de junho, por intermédio do general presidente Humberto Castelo Branco era sancionada a Lei de Greve (Lei Nº 4.330) – leia-se Lei Antigreve –, a qual trazia um conjunto de dispositivos para inviabilizar qualquer mobilização sindical e que, sem delongas, resultou no banimento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), seguido da invasão de sindicatos e da destituição e prisão de suas diretorias⁵. Certamente, diferente do ano de 1963, que foi marcado por inúmeras greves, entre as quais, tem-se a greve dos 700 mil

(1945-1968). Tese de doutorado em História. Fortaleza: UFC, 2014.

que mobilizou diversos setores em São Paulo, o ano de 1964 sinalizava para o fato que os militares, ao adotarem uma política de combate às greves, não estavam dispostos a conceder brechas políticas aos trabalhadores.

Por sua vez, “em junho de 1964, Castelo enviara ao Congresso uma mensagem propondo a extinção da UNE e das demais organizações estudantis” (GASPARI, 2002, p. 226). Neste cenário de restrições e perseguições, vale lembrar que o Ato Institucional, assinado em 9 de abril de 1964⁶, ao fortalecer o Executivo, permitiu que o Estado “cassasse 378 políticos, reformasse 122 oficiais, exonerasse cerca de 10 mil funcionários públicos e interrogasse aproximadamente 40 mil pessoas” (KUSHNIR, 2004, p. 81)⁷. De mais a mais, “o ato criou também as bases para a instalação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs), a que ficaram sujeitos os responsáveis pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou por atos de guerra revolucionária”, logo, “a partir desses poderes excepcionais, desencadearam-se perseguições aos adversários do regime, envolvendo prisões e torturas” (Ambas passagens, FAUSTO, 2004, p. 467). Diante deste conjunto de ações retaliadoras, “no balanço de 1964, nada menos que 203 denúncias de maus-tratos foram registradas” (ARANHA, 2014, p. 50). Não raro, durante a conduta de certos inquéritos policial-militares, especialmente nos casos de repressão política, “a tortura era prática acessória às investigações” (GASPARI, 2002, p. 134).

De qualquer forma, será ainda no turbulento ano de 1964, que os anarquistas realizariam, em Itaim, interior de São Paulo, o 11º Encontro Libertário. Tais eventos realizados de maneira anual, num espaço libertário rural, conhecido como Nossa Chácara (criado em 1939), tinham como finalidade além da sociabilidade, debater problemas relacionados com a desenvoltura do movimento anarquista, realizando um balanço das suas atividades, bem como o fomento de novas iniciativas. E durante o encontro, ocorrido no começo de novembro de 1964, fez-se pertinente a seguinte indagação: qual seria a posição dos anarquistas diante do momento atual? Também no transcurso desse evento, apontou-se a necessidade da criação de um jornal “menos combativo”, em outras palavras, encerrar a publicação de *O Libertário* para trazer à tona um periódico que passasse incólume pela censura e foi, naquele contexto, que surgiu o *Dealbar*.

Assim, ao ganhar forma, o *Dealbar* apresentava-se como um jornal livre e independente e “sem ligação com partidos políticos ou seitas religiosas”. Por certo, ao investir numa postura mais

5 Conforme afirma Elio Gaspari: “sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos com mais de 5 mil associados tiveram suas diretorias depostas. Estimando-se que cada organização de trabalhadores atingida tivesse vinte dirigentes, expurgaram-se 10 mil pessoas”, in: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 131.

6 A princípio, este Ato deveria ter validade de três meses e seria o único, logo ele estava isento de número.

7 Segundo aponta Elio Gaspari, apesar do ano de 1964 não possuir um número oficial de prisões, é possível conjecturar que passasse de 5 mil prisões, inclusive, podendo ter chegado a soma de 7 mil casos. Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 130.

cultural, este periódico apresentava-se decantado de expressões outrora corriqueiras, tais como, anarquista e anarquismo (inclusive na relação de obras literárias divulgadas nas suas páginas), assim sendo, apenas ocasionalmente, em seus textos apareceria o epíteto libertário. Deste modo, para Pedro Catalo – militante anarquista do CCS-SP e diretor do *Dealbar* –, fazia-se necessário “manter no máximo possível, a linguagem prudente e precavida, evitando sempre comprometer e comprometer-se” (SILVA, 2017, p. 216).

Apesar da dose de cautela, o jornal *Dealbar* não circulou completamente despercebido ao sistema de vigilância, pois, como aponta documentação confidencial produzida no transcurso de 1968, pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) – Agência de Porto Alegre-RS, o *Dealbar* é inscrito conjuntamente com *O Protesto* (Porto Alegre), como publicações de orientação libertária (INFORMAÇÃO nº 103/SCI/APA/1968 [folha única]). Por sua vez, a cena se repete num relatório de inquérito policial-militar, datado de outubro de 1969, e movido contra anarquistas no Rio de Janeiro, que, ao discorrer sobre publicações subversivas, registra os referidos periódicos, apontando que os dois jornais anarquistas já não estavam mais na ativa (INFORMAÇÃO nº 031, 19/01/1970, p. 4). Vale lembrar que, assim como *O Libertário* (1960-1964), tanto o *Dealbar* (1965-1968) quanto *O Protesto* (1967-1968) foram o que de mais promissor se produziu enquanto imprensa anarquista durante a década de 1960. Neste sentido, os interrogatórios que fizeram parte do inquérito lavrado em 1969 contra um grupo de libertários do Rio de Janeiro estavam carregados de interpelações acerca da colaboração, financiamento, recebimento e distribuição dos jornais *Dealbar* e *O Protesto*.

Em meio a isto, qual seria o interesse do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de Porto Alegre, em relação ao jornal paulista *Dealbar*? Além da circulação do periódico em terras sulistas, há algo de súbito nesta trama, isto é, visando reduzir os gastos com a impressão do jornal, a contar de dezembro de 1967, o *Dealbar* passou a ser composto e impresso na Gráfica Trevo, localizada em Porto Alegre, de propriedade do casal Maria Pinto Fernandez Rodriguez e Manuel Fernandez Rodriguez, ambos exilados espanhóis e envolvidos em atividades anarquistas.

Nesta mesma época, o aludido casal de libertários, juntamente com outros militantes, havia dado forma ao jornal *O Protesto*, que passou a ser distribuído inclusive nas bancas de revistas da capital. Porém, desde o seu lançamento em outubro de 1967, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) passou a monitorar as atividades do tal grupo de anarquistas, inclusive, em algumas situações, com suporte do Departamento de Polícia Federal (DPF), como quando da visita ao Rio Grande do Sul, em abril de 1968, do general-presidente (e taquariense) Artur Costa e Silva. De mais a mais, as autoridades militares de Porto Alegre, a partir desta vigilância, apontavam a existência de vinculações entre o movimento libertário de Porto Alegre com outros estados e países, bem como

que o jornal *O Protesto* – com uma tiragem de 2 mil exemplares –, era impresso na Gráfica Trevo e parte dos seus exemplares enviados para venda em São Paulo, junto com o *Dealbar*, que, apesar de ser uma publicação libertária oriunda de São Paulo, era impressa na mesma gráfica.

Desta forma, em diligência realizada, em agosto de 1968, na Gráfica Trevo, pela Delegacia Regional do Imposto de Renda (DRIR), com a justificativa de apurar a procedência de capitais, se encontrou certo material que foi considerado “subversivo”. Diante disso, *O Protesto* deixava de circular, tendo em conta que, para as autoridades, tratava-se de propriedade de estrangeiros ou, melhor dizendo, exilados espanhóis, ainda como se configurava em uma publicação de natureza política subversiva e com difusão em outros estados e países. Por seu turno, apesar de ser pautado pelas autoridades militares sulistas, o *Dealbar* continuou por mais alguns meses, encerrando sua trajetória ao final de 1968, após a outorga do AI-5.

Neste cenário de altos e baixos, ao referir-se aos trabalhos do Centro de Cultura Social (CCS) entre os anos de 1965 e 1968, especialmente no campo do teatro, Jaime Cubero – militante anarquista e membro do referido centro –, destaca: “uma forma de poder continuar em atividade e resistindo foi criando [...] o Laboratório de Ensaios”, que, no seu pequeno teatro de arena, passou a encenar “peças inseridas nas circunstâncias políticas. Exemplo foi uma peça chamada *Os Generais*, cujo tema era como transformar um general num ser humano” (Ambas passagens, CUBERO, 2015, p. 268). Todavia, mesmo investindo em um planejamento de viés cultural, os censores da Divisão de Diversões Públicas (DDP) não deixaram de infligir seus vetos à programação do CCS, como denota a censura aplicada a peça *O Testemunho* (SILVA, 2017, p. 219). É certo que, diante de um cenário político marcado pela falta de sensibilidade dos censores – e longe de ser exclusividade para as exibições anarquistas –, o teatro havia assumido um papel combativo de resistência cultural, assim, desde 1964, esta atividade artística estava sob incessante suspeita e censura (VENTURA, 2008, p. 90).

Inegavelmente, no período pós-golpe, “os anarquistas prosseguiram com discrição política. As atividades nos centros de cultura e sua modesta imprensa serviam como ponto de contato entre os militantes que se articulavam minimamente”. Ademais, enquanto as atividades culturais ganharam projeção pública (teatro, palestras etc.), as lidas “estritamente políticas seriam feitas de modo silencioso em casas de militantes, estudantes entusiasmados com a ideologia anarquista” (SILVA, 2017, p. 214).

Protesto e repressão: os anarquistas na mira dos militares

Após a publicação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, que tornava mais intensa a repressão, o Centro de Cultura Social (CCS), receando ser alvo de investidas coercitivas, a exemplo

do que ocorreu na década de 1930, decide suspender as suas atividades em 21 de abril de 1969, e os seus membros – vale destacar que o CCS contava, entre os integrantes, com um número expressivo de idosos –, abraçam a semi-clandestinidade. Sobre esse contexto de inquietudes, Jaime Cubero (2015) recorda: “nós resistimos até 1968, quando foi instituído o Ato Institucional [nº5], que foi a lei mais repressiva que a ditadura promulgou [sic]. Foi um aperto. Eliminou-se toda e qualquer atividade pública que vinha sendo exercida”. Diante disso, “tudo o que se podia fazer era na clandestinidade, correndo todos os riscos inerentes às circunstâncias” (Até aqui, tudo em p. 267-268).

Tratava-se de um momento de resignação dos anarquistas? Em primeiro lugar, é interessante notar que o movimento anarquista se encontrava em uma situação de desvantagem, marcada pela falta de uma consistente base de apoio, o que contribuiu para que, paulatinamente, os seus militantes assumissem o papel de atores secundários no cenário social. De mais a mais, mesmo diante da crescente militarização do cotidiano, pode-se deduzir que tais agrupamentos libertários estariam mais afeitos a buscar soluções para o problema social via a organização da sociedade civil do que pela tutela da luta armada.

Seja como for, durante os anos de chumbo, mesmo em surdina, os anarquistas de São Paulo continuaram realizando reuniões, encontros e redes de apoio, ora na casa de militantes, ora no Nosso Sítio (espaço rural adquirido, em 1965, em substituição a Nossa Chácara). Assim, segundo Jaime Cubero: “passamos a fazer reuniões clandestinamente, recolhemos todo o material, salvamos algumas edições, saldos de edições e livros que a gente tinha e isso foi guardado. Nesse período, quando podia, a gente fazia uma reunião, soltava um manifesto, participava de alguma coisa”. De qualquer forma, “essa luta de resistência foi sendo feita junto com o pessoal do Rio. Nós tínhamos um sítio em Mogi das Cruzes, e esse sítio serviu de suporte para o movimento na clandestinidade” (Ambas passagens, *AN-ARQUIA*, 07/1991, p. 4).

A propósito, mediante a prisão, seguida do interrogatório de integrantes do Movimento Estudantil Libertário (MEL), ocorrido em outubro de 1969, o Ministério da Aeronáutica do Rio de Janeiro tomaria conhecimento do Nosso Sítio, em Mogi das Cruzes, interior de São Paulo. Diante disso, ao encaminhar informações para os agentes da Operação Bandeirantes (OBAN) – centro de informações e investigações recém-criado em São Paulo e ligado ao II Exército –, apontavam que “o referido sítio serviria para reunião de elementos anarquistas” e também aconselhavam o levantamento de dados, tomando a devida cautela, sobre “possíveis ligações com atividades subversivas” (Informe nº 376/69, 10/10/1969 [folha única]). Tal recomendação, talvez se alimentasse do intento de detectar, naquele espaço rural, algum tipo de atividade de treinamento guerrilheira.

Ainda no começo de 1969, no Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO) permanecia em franca atividade. Mas, desde o regime autoritário instaurado em 1964, “preocupados com as possíveis consequências do golpe, os anarquistas do Rio de Janeiro reuniram-se imediatamente para fazer um balanço interno da situação política”, feito isso, “a primeira iniciativa dos anarquistas foi ‘perder’ o livro de atas das reuniões do CEPJO, pois estas continham temas sensíveis à conjuntura política do país, e se livrarem de material comprometedor”. Por conseguinte, “cientes de que o anarquismo em poucos momentos pôde se dar ao luxo de não ser vigiado ou reprimido, as atas foram refeitas com assuntos que pudessem ser lidos pelas autoridades policiais” (SILVA, 2017, p. 213). E, certamente, quer seja pela difusão das ideias anarquistas, quer seja pelo vínculo que mantinha com o movimento estudantil ou, para ser mais exato, com o Movimento Estudantil Libertário, o CEPJO não passaria despercebido aos olhos das forças repressivas. Deste modo, em outubro de 1969, sua sede é arrombada, seu acervo confiscado e os seus membros enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN)⁸ por atividade subversiva.

Fundado no Rio de Janeiro, em março de 1958, e tendo como seu patrono o notório anarquista José Oiticica⁹, que morreu em 1957, o Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO) foi uma iniciativa de “militantes libertários que sentiam a necessidade de que o movimento libertário tivesse atuação pública”, desta forma, o CEPJO pretendia atuar como uma “tribuna livre”, ou seja, um espaço aberto a “exposição de todas as ideias de progresso humano e social” (*O LIBERTÁRIO*, 02-03/1964, p. 2). Além de promover cursos, conferências e espetáculos teatrais, o CEPJO possuía biblioteca e clube de cinema. Assim, na sua programação, aparecem conferências e mesas redondas sobre psicanálise (Erich Fromm, Carl Jung), literatura (Franz Kafka, Albert Camus), cinema (Godard, Buñuel, Antonioni, Rossellini, isto é, uma faceta do cinema mais densa e intelectualizada), bem como palestras com temáticas ligadas à filosofia, à sociologia e ao anarquismo. Também no começo da década de 1960, com o intuito de “levar adiante seus objetivos culturais e libertários”, os integrantes do CEPJO resolvem fundar a Editora Mundo Livre (RODRIGUES, 1993), que traria à tona, entre outras obras, *A doutrina anarquista ao alcance de todos*, de José Oiticica, e *Anarquismo: roteiro da libertação social*, da autoria de Edgard Leuenroth.

Nesta senda, segunda aponta Antonio Francisco Correia¹⁰ – um dos sócios fundadores, bem como bibliotecário do CEPJO –, após o golpe de 1964, em mais de uma ocasião, “no decorrer dos

8 Tratava-se do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967.

9 Professor e filólogo que, a partir de 1912, aproximou-se de círculos anticlericais e anarquistas, atuando na Liga Anticlerical do Rio de Janeiro (fundada em 1911) e no Centro de Estudos Sociais (fundado em 1914). Participou ativamente da propaganda libertária, colaborando e/ou fundando publicações, a exemplo de *A Vida*, *Spártacus*, *Na Barricada* e *Ação Direta*.

10 Militante libertário de origem portuguesa que desempenhou relevante papel enquanto pesquisador das lutas operárias e anarquistas ocorridas tanto em Portugal quanto no Brasil, e cujos inúmeros livros são assinados com o pseudônimo Edgar Rodrigues.

curiosos e palestras realizadas no Centro de Estudos Prof. José Oiticica, apareceram pessoas estranhas aos meios culturais” e “algumas delas, valendo-se da liberdade dos debates, da praxe libertária, no final de cada conferência e/ou aula formulavam perguntas destoantes dos assuntos em pauta, deixando antever que ali haviam ido para provocar respostas capazes de comprometer a entidade” (Ambas passagens, RODRIGUES, 1993, p. 50).

Mas, antes de entrar em pormenores acerca da ação repressiva que tomaria de assalto o Centro de Estudos Professor José Oiticica, se faz pertinente abrir um parêntese. O final da década de 1960 foi marcado pela perda de dois célebres militantes do movimento anarquista brasileiro, isto é, o tipógrafo e jornalista Edgard Leuenroth¹¹, que faleceu em 1968, aos 87 anos; seguida da morte, em 1969, do sapateiro e jornalista Pedro Catalo¹², com 68 anos. Aliás, ambos haviam sido integrantes do Centro de Cultura Social (CCS), de São Paulo.

Em 1969, na antevéspera da incursão realizada, em 12 de outubro, por militares da Aeronáutica ao CEPJO, tem-se, como parte do prólogo desta ação policial-militar, a busca e apreensão, na casa de Ideal Peres e Esther Redes, em que foi apanhado “além de centenas de publicações libertárias, outros materiais subversivos como dinheiro, jóias, perfumes, tapetes, quadros, roupas e bebidas alcoólicas” (*LIBERA*, 07-08/2004, p. 3). Logo, segundo atestam membros do Centro de Estudos Professor José Oiticica, surrupiar objetos visivelmente isentos de uma suposta natureza transgressora, não foi fato isolado durante tais devassas. Seja como for, haviam-se passado três dias do arrombamento da sede do CEPJO, quando foi “a vez da residência de Pietro Ferrua e da Editora Germinal, de Roberto das Neves” (*LIBERA*, 07-08/2004, p. 3). Essas diligências realizadas pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) em colaboração com a Polícia da Aeronáutica (PA), na sua rigorosa caça por “material de natureza subversiva”, estavam encorajadas pelos seus superiores a arrombar, “se preciso for, as portas de casa e de suas dependências, armários e outros móveis, gavetas etc.”, assim como a efetuar “a prisão em flagrante de quem oferecer resistência ou quiser impedir” (AÇÃO PENAL 58/69, p. 49). Durante tais investidas, bibliotecas inteiras foram confiscadas.

É certo que aquele outubro de 1969 marcado por diversas autuações, guardava outros itens repressivos. Desta forma,

11 Foi um libertário paulista que colaborou ativamente em diversas realizações do movimento anarquista, fundando e/ou participando em jornais como *Terra Livre*, *A Lanterna*, *A Plebe*, *O Combate*, *Ação Direta*, entre outros. Também figura na militância operária como um dos mentores da Federação Operária de São Paulo (1905), do Primeiro e Segundo Congressos Operários Brasileiros (1906; 1913), e do Centro de Cultura Social, de São Paulo (1933).

12 A partir da década de 1920 ao tomar contato com o movimento anarquista de São Paulo, passou a colaborar em jornais da imprensa libertária, a exemplo de *A Lanterna*, *A Plebe*, *Ação Direta*. Durante sua militância, parte dela realizada junto ao Centro de Cultura Social (CCS), de São Paulo, escreveu diversas peças de teatro, bem como fundou e dirigiu os periódicos *O Libertário* e *Dealbar*.

No dia 1º de outubro, haviam sido presos três jovens frequentadores do CEPJO (um deles soldado da Aeronáutica), que submetido a maus tratos, forneceram os nomes dos outros participantes do CEPJO. A partir do dia 8, foram detidos Antônio da Costa e seus três filhos, Eliza, Roberto e Antônio, membros do *Movimento Estudantil Libertário* (MEL), sendo que o último recebeu choques elétricos; Carlos Alberto da Silva, estudante de Medicina, torturado com choques e espancamento; Mário Rogério Pinto e Maria Arminda Silva, ambos do MEL; Rui Silva, de 17 anos, que foi espancado e obrigado a assinar um depoimento sob mira de armas (LIBERA, 07-08/2004, p. 3).

O soldado em questão era o jovem Ely Briareu de Oliveira que, ao participar de algumas atividades no Centro de Estudos Professor José Oiticica, seria acusado pelo seu regimento de aliciar “colegas de farda” para reuniões de “caráter subversivo”. Assim, é desta maneira que a Polícia da Aeronáutica chegaria até os anarquistas da Guanabara, selando de forma abrupta o destino do CEPJO.

Não surpreendentemente, enquanto substrato teórico para fundamentar o inquérito, bem como o processo contra os subversivos do CEPJO, fez-se uso do livro *Anarquismo: roteiro da libertação social*, de Edgard Leuenroth, publicado em 1963, pela Editora Mundo Livre, aliás, o exemplar em questão tratava-se de uma das diversas obras apreendidas durante as devassas de outubro. Neste sentido, no inquérito policial-militar de 1969, consta,

Os denunciados estão todos implicados num movimento subversivo anarquista, que tentava a implantação do ANARQUISMO no Brasil, doutrina essa que segundo o livro ANARQUISMO, ROTEIRO DA LIBERTAÇÃO SOCIAL, pág. 17, de Edgard Leuenroth (fls. 53), preconiza a implantação de um regime baseado na DESOBEDIÊNCIA ÀS LEIS, no DESCONHECIMENTO DA AUTORIDADE e na QUEDA DO ESTADO (AÇÃO PENAL 58/69, p. 49).

Para os acusadores, a obra de Leuenroth apresentava com precisão a ação anarquista promovida em solo brasileiro. Diante disso, as atividades do Centro de Estudos Professor José Oiticica e a conduta dos seus membros eram emolduradas, no decorrer da sindicância, por fortes traços de contrariedade à ordem política e social.

Curiosamente, a certa altura deste litígio, enquanto o anarquismo, por um lado, era tachado como “um movimento de expressão quase nula”, por outro lado, “pela simples tentativa e o redobrado esforço na sua implantação”, tornavam-se os seus adeptos passíveis da acusação de violação da Lei de Segurança Nacional (Ambas passagens, INFORMAÇÃO nº 031, 19/01/1970, p. 4). Desta maneira, fazendo-se menção especial ao Art. 12 que, em linhas gerais, tratava da formação ou manutenção de associação/entidade que tenha orientação ou auxílio de organização internacional e que exerça algum tipo de atividade considerada nociva à segurança nacional. Diante disso, em

mais de uma ocasião, é afirmado, nos autos do inquérito que o CEPJO – “cuja sede era um autêntico celeiro de material literário anarquista” (AÇÃO PENAL 58/69, p. 8) –, estava ligado diretamente ao Centre International de Recherches sur l’Anarchisme (CIRA), com sede na Suíça e cujo um dos fundadores foi o anarquista italiano Pietro Michele Stefano Ferrua, presidente do CEPJO.

Por sua vez, os Art. 33 e Art. 38 também são citados com regularidade, assim, enquanto o primeiro dispositivo tratava do delito de incitação pública à subversão da ordem político-social e/ou à desobediência coletiva às leis; o outro item definia os meandros da prática de propaganda subversiva, ou seja, publicação e divulgação de materiais que atentassem contra a segurança nacional, seguido do aliciamento de pessoas, da organização de reuniões públicas ou passeatas etc.¹³.

Com relação à acusação de recrutamento em que será enquadrado o CEPJO, é afirmado: “o aliciamento para as fileiras desse movimento subversivo era feito de maneira sub-reptícia”, isto é, “mediante anúncios que ofereciam aulas de PSICOLOGIA. Em seguida a essas aulas de psicologia [...] os alunos eram doutrinados para a subversão anárquica” (Ambas passagens, AÇÃO PENAL 58/69, p. 8). Mas à medida que o inquérito seguia, ficava visível a tentativa das autoridades militares em atribuir maior carga de responsabilidade ao primeiro-secretário do CEPJO, o médico Ideal Peres, apontado como um elemento altamente nocivo à Segurança Nacional.

Neste sentido, segundo consta no auto de busca e apreensão, Ideal Peres “possuía uma das mais completas bibliotecas, rica em material subversivo-anarquista”, ainda como “era um dos maiores importadores de material de propaganda subversiva anárquica, que utilizava na indigna e criminosa tarefa de aliciar e introduzir a juventude brasileira nas veredas obscuras, tenebrosas e aviltantes do crime e nos caminhos tortuosos e sem-saída da subversão” (Até aqui, tudo em AÇÃO PENAL 58/69, p. 10-11). A propósito, o clímax desta narrativa com seu verniz emotivo e farto de adjetivos, seria digno, sem dúvidas, de figurar nos contos policiaiscos, tão em alta em décadas passadas.

De qualquer forma, diante de um conjunto de medidas arbitrárias e violentas promovidas contra o movimento estudantil desde o governo Castelo Branco e que, inclusive, resultou na ilegalidade da União Nacional dos Estudantes (UNE), a juventude estudantil se manifestou de diversas formas contra o regime militar, sendo um dos pontos altos, as manifestações de rua ocorridas em 1968, que ganharam fermento após a morte do estudante secundarista Edson Luís Lima Souto e que resultaram em verdadeiras batalhas campais¹⁴. Deste modo, durante o

13 Cf. Cópia do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 02 out. 2020.

14 Em junho de 1968, no Rio de Janeiro, especialmente no dia 21 do corrente, na denominada sexta-feira sangrenta, “durante quase dez horas, o povo lutou contra a polícia nas ruas, com paus e pedras, e do alto dos edifícios, jogando

emblemático ano de 1968, “somando-se todos os presos em passeatas, reuniões clandestinas e quebra-quebras, é possível que [...] tenham sido detidos 3 mil estudantes” (GASPARI, 2002, [p. s/n]).

Diante deste cenário de passeatas estudantis e prisões, o inquérito contra o CEPJO traz outro aspecto interessante e que, em grande medida, é o fator desencadeador do processo repressivo movido contra este centro, isto é, a acusação de fornecer auxílio ao Movimento Estudantil Libertário, identificado como uma ala estudantil do CEPJO. Ao se referir à resistência estudantil que levaria ao surgimento do MEL, Rafael Viana da Silva (2017, p. 217) assinala:

Desde 1966, os estudantes realizavam uma série de protestos públicos, permanecendo como um dos espaços mais ativos de oposição ao regime militar. Foi neste contexto que surgem as condições “legais” para a criação do Movimento Estudantil Libertário (MEL).

Não obstante, na retórica militar, o MEL não passava de uma entidade estudantil subversiva baseada na filosofia anarquista e financiada pelo CEPJO, e que, em seus materiais de propaganda, investia em pregações de violência, seguido pelo incitamento à desordem e ao desacato às autoridades constituídas do País.

Por certo, a execração das autoridades militares sobre o Movimento Estudantil Libertário tinha, como um dos seus elementos norteadores, um panfleto elaborado e distribuído por militantes do MEL e que, segundo a ótica dos agentes militares, o dito “manifesto subversivo” visava instigar as “camadas estudantis e o povo em geral, contra o Governo”. Intitulado “Olho por Olho, Dente por Dente” – e rodado em mimeógrafo em meio às manifestações que ganharam forma após o assassinato do estudante Edson Luís¹⁵ –, o tal panfleto, entre suas frases de efeito, trazia: “desgraçado o país em que seus estudantes exigem em praça pública o direito de comer decentemente e de se sentar numa universidade”, bem como “infeliz o país que tenta resolver os problemas do ensino a custo do cassete e da bala”, logo “só resta aos estudantes e aos homens com um mínimo de dignidade revidar em defesa da própria existência com a política de olho por olho, dente por dente” (Até aqui, tudo em AÇÃO PENAL 58/69, p. 8-9, 11 e 348; INFORMAÇÃO nº 031, 19/01/1970, p. 7).

Assim, na tentativa de implicar o Centro de Estudos Professor José Oiticica nos movimentos de rua de 1968, alegava-se que, ao atuar como “sede do movimento anarquista no

garrafas, cinzeiros, cadeiras, vasos de flores e até uma máquina de escrever”, in: VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. 3 ed., São Paulo: Planeta, 2008, p. 122. Cf. Valle, Maria Ribeiro do. 1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. 2 ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

15 Durante um conflito com a PM no restaurante estudantil Calabouço, localizado no centro do Rio de Janeiro, o estudante secundarista Edson Luís foi baleado no peito, tal incidente sensibilizou a opinião pública.

Brasil”, boa parte dos frequentadores haviam “conhecido e militado no Anarquismo” após iniciar suas participações na aludida entidade. Além deste pressuposto papel na difusão do anarquismo, os arguidores também insistiam que o CEPJO financiava a subversão entre setores estudantis (Ambas passagens, AÇÃO PENAL 58/69, p. 13, 143 e 243).

Sobre a atmosfera deste período político de perseguições que exigia doses de prudência, Jaime Cubero lembra:

Depois de terminada a fase do inquérito [contra o CEPJO], eu tinha que mandar o processo todo para o Ferrua, que tinha ido fazer um trabalho no exterior e ficou por lá. Mas como mandar se o correio tinha uma tremenda censura? Eu então procurei umas revistas de uma igreja internacional, com sede nos Estados Unidos. Comprei alguns exemplares e botei “Irmão Pietro”, enrolei tudo, fiz um pacote e mandei como revistas religiosas, e passou (AN-ARQUIA, 07/1991, p. 4).

Mas, como terminou o tal processo contra os anarquistas do CEPJO? Entre idas e voltas, ao insistir na fragilidade dos argumentos e na carência de provas contra os membros do Centro de Estudos Professor José Oiticica e de que o anarquismo professado pelos envolvidos era exclusivamente uma atitude moral e filosófica, a defesa conseguiu que, em 30 de novembro de 1971, os implicados fossem absolvidos pelo Conselho Permanente de Justiça (CPJ).

Porém, em fevereiro de 1972, o Superior Tribunal Militar (STM) entrou com uma apelação, pedindo a revisão da sentença, em outras palavras, o Procurador Geral da Justiça Militar insistia na conveniência da condenação de Ideal Peres e Pietro Ferrua, por se tratarem de anarquistas convictos, bem como de detentores de substanciosas bibliotecas com farta literatura sediciosa, cujo material era usado para o exercício de proselitismo. Diante disso, ainda no transcurso de 1972, para desgosto do Ministério Público Militar (MPM), ao ser julgada improcedente a denúncia de envolvimento com atividades subversivas e doutrinação, foi confirmada a sentença absolutória tanto de Pietro Ferrua quanto de Ideal Peres (Até aqui, tudo em AÇÃO PENAL 58/69, p. 700, 717 e 761; INFORMAÇÃO nº 0322, 16/06/1975 [folha única]).

Libertários gaúchos no banco dos réus

A esta altura, os escritos do anarquista francês Daniel Guérin já exibiam suas primeiras traduções no Brasil. Deste modo, no calor do ano de 1968, viu-se circular *O anarquismo: da doutrina à ação*, numa iniciativa da editora Germinal (Rio de Janeiro), de Roberto das Neves, um dos anarquistas implicados no inquérito militar de 1969. Talvez, em razão da sua ligação com Ênio

Silveira – militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e editor da Civilização Brasileira –, aos olhos confusos do Serviço Nacional de Informação (SNI), Roberto Barreto Pedroso das Neves assumia o semblante do livreiro comunista de “palavra fácil”, cuja editora era especializada em livros de “propaganda comunista”, a exemplo da obra de Daniel Guérin (INFORMAÇÃO nº 1213, 10/10/1969 [folha única]).

Ainda na década de 1960, algo circunstancial marcava a publicação de outra obra de Guérin. Enquanto primeiro volume da Biblioteca de Estudos Sociais, organizada pela editora Prôa, o livro *O futuro pertence ao socialismo libertário* foi impresso em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), em 1969, nas oficinas da Gráfica Trevo. Todavia, no começo de 1971, agentes do Departamento de Ordem Política e Social, ao realizarem diligência a Rua Garibaldi, nº 1101, em Porto Alegre, encontraram “farto material subversivo”. Entre os materiais confiscados, constavam 4450 (isso mesmo, quatro mil quatrocentos e cinquenta) exemplares do livro *O futuro pertence ao socialismo libertário*, de Daniel Guérin (impresso pela Gráfica Trevo, em 1969), e 34 exemplares *El hombre, el medio, la sociedad*, do pedagogo libertário e espanhol Juan Puig Elias¹⁶ (publicado, em 1970, pela Gráfica Vértice) (AÇÃO PENAL 6/72, p. 36-37 e 195).

No que diz respeito a esta ação, vale sublinhar que, no dito local, até fevereiro de 1970, havia funcionado a Gráfica Trevo e que, após a sua falência, o recinto ficou a cargo de Helios Puig Gonzalez – um inveterado colaborador da Gráfica Trevo, bem como do extinto jornal *O Protesto* –, que, atuando no comércio de livros e impressos, abrigou ali a sua tipografia, nominada de Gráfica e Editora Vértice.

Parece sensato pressupor que, o Inquérito Policial-Militar (IPM) levado a cabo na capital gaúcha, fosse um desdobramento da ação realizada no Rio de Janeiro contra os membros do Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), haja vista que o vínculo do núcleo anarquista carioca com militantes de outras regiões despertou o interesse dos militares, segundo apontava o inquérito lavrado em outubro de 1969 e que aconselhava a abertura de IPMs em outros lugares, a exemplo de Porto Alegre. Também além de diversas localidades do interior de São Paulo, tal advertência incluía ainda as cidades Salvador, na Bahia e Belém, no Pará.

De qualquer forma, a partir de denúncias que apontavam a promoção de atividades subversivas na cidade de Porto Alegre e realizadas por dois jovens, Helios Puig Gonzalez e Marlova de Souza Canabarro, o inquérito policial implicava-os nos Art.13 e Art. 14 (DL898/69), que definiam crimes contra a segurança nacional. O curioso, nestes dois dispositivos, é que ambos

16 O autor era pai do réu Helios Puig Gonzalez.

tratam acerca da infiltração de doutrinas de providência estrangeira, bem como da formação de associações sob orientação ou auxílio de organização forasteira¹⁷.

Deste modo, consta nos autos que Helios Puig além de ter, tempos antes, colaborado com o periódico *O Protesto*, passou a editar livros políticos de autores estrangeiros, visando, com tal prática, propagar “a corrente ‘anarquista’ do comunismo”, bem como havia traduzido do francês, artigos do Boletim da Federação Anarquista Internacional e ainda rodado em mimeógrafo (de sua propriedade), um jornal intitulado *Autogestão*, cuja distribuição se destinava a grêmios estudantis. Também se constatou que, em tais práticas subversivas, ele era auxiliado pela sua namorada, a estudante Marlova de Souza. Por fim, assinalavam que, no local em que funcionava a Gráfica e Editora Vértice, eram realizadas reuniões na companhia de outros jovens, para tratar de questões do jornal *Autogestão*, “sobre socialismo e acerca da política atual do país” (AÇÃO PENAL 6/72, p. 5-6).

Diante do confisco de certos livros, seguida da condenação da tradução de determinados textos, faz-se interessante notar, segundo a ótica sociológica de Renato Ortiz, que “a censura possui duas faces: uma repressiva, outra disciplinadora”, isto é, “ela age como repressão seletiva que impossibilita a emergência de um determinado pensamento ou obra artística”, conseqüentemente “o ato censor atinge a especificidade da obra, mas não a generalidade da sua produção” (Até aqui, tudo em ORTIZ, 1989, p. 114).

Assim, a partir de algumas peças do processo, ficava explícito que, para os agentes do DOPS, se tratava da descoberta de uma audaciosa célula do movimento libertário em fase de expansão na cidade e no estado e que, através de uma rede de propaganda coordenada com militantes de outros países, entre os quais, alguns ativistas libertários do Uruguai, visava preparar o terreno para a revolução social de inspiração anarquista. Aliás, durante diligência a tipografia, os agentes teriam encontrado uma carta destinada a companheiros do Uruguai, em que constava o envio de exemplares de *O futuro pertence ao socialismo libertário* em benefício de militantes anarquistas encarcerados (AÇÃO PENAL 6/72, p. 202).

Neste sentido, tudo leva a crer que a tentativa de atribuir ao núcleo libertário gaúcho um vínculo *sui generis* com anarquistas do Uruguai, decorria do fato de que, em 1968, escolhendo o caminho da clandestinidade a Federação Anarquista Uruguaia (FAU) passou a organizar um aparato armado via a Organização Popular Revolucionária-33 Orientais (POR-33), realizando sabotagens, expropriações econômicas, sequestros de dirigentes políticos e patronais etc. (EL COPEY, 2009).

17 Cf. Cópia do Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 out. 2020.

Além disso, no jornal anarquista *Autogestão*, entre os textos, havia material simpático ao Movimento de Liberação Nacional - Tupamaros (MLN-T). De mais a mais, a certa altura do processo, o nome de Nelson de Souza Canabarro (irmão da indiciada Marlova) era apontado como um elemento próximo a militantes marxistas-leninistas que estiveram atuantes em solo brasileiro até 1971, em outras palavras, teria mantido vínculos com dirigentes de um núcleo gaúcho do grupo guerrilheiro Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e que, até onde se sabia, encontrava-se morando no Uruguai.

E, frente à insistência das autoridades policiais de que Helios Puig, como adepto do socialismo libertário, valeu-se da sua gráfica para propagar ideias anárquicas, a defesa, ao insistir na insuficiência de provas e ao julgar inábil que a pressuposta ação atribuída aos implicados, efetivamente, atentasse “contra os costumes e a ordem instituída no país” (AÇÃO PENAL 6/72, p. 296 e 321), conseguiu que os réus Helios Puig Gonzalez e Marlova de Souza Canabarro fossem, em 3 de agosto de 1972, absolvidos pelo Conselho Permanente de Justiça.

Assim, enquanto ato final deste drama forjado no amargo sabor dos anos do AI-5, que produziu tempos ainda mais sombrios, tendo em vista a intensa repressão a diversos movimentos, em que os redutos libertários também foram alvejados por punições, a sociabilidade clandestina apresentava-se como um acertado caminho para a sobrevivência das práticas e saberes anarquistas.

Considerações Finais

É certo que, na historiografia do anarquismo no Brasil, abundam pesquisas das mais distintas abordagens focadas sobretudo na Primeira República (1889-1930), algo que, em certa medida, se deve à atuação de notórios militantes, bem como pela predominância do ideal anarquista no cenário das lutas sociais daquele período, como se depreende a partir de criteriosa pesquisa junto às fontes que, hoje, se encontram para consulta no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), localizado na UNICAMP. Pouco se produziu em termos de pesquisas acadêmicas sobre o movimento anarquista posteriormente aos anos de 1930. Assim, essa lacuna na história do anarquismo brasileiro (e dos movimentos sociais) se torna mais impressionante, sobretudo quando direcionado o olhar para a segunda metade do século 20.

Apesar disto, mesmo que de maneira modesta, os anarquistas não deixaram de fomentar, durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, sua cultura de contestação da ordem social vigente, como assevera a produção dos jornais *Ação Direta*, no Rio de Janeiro, *O Libertário*, em São Paulo e *O Protesto*, no Rio Grande do Sul, e a fundação e/ou manutenção de importantes núcleos de difusão

do anarquismo, a exemplo do Centro de Cultura Social (CCS), localizado em São Paulo, e do Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), na cidade do Rio de Janeiro.

Decerto, após o golpe civil-militar de 1964, as movimentações anarquistas não passariam completamente despercebidas à vigilância dos órgãos de repressão, haja vista a censura contra algumas das suas peças de teatro, o confisco de jornais e livros, ainda como o drástico processo repressivo desferido, em 1969, contra um grupo de anarquistas no Rio de Janeiro que, diga-se de passagem, aos olhos dos militares, configurava em elemento nocivo à Segurança Nacional. Nesta senda repressiva contra o anarquismo, que ganhava impulso na região Sudeste meses após o AI5, elementos libertários articulados no Sul do País, igualmente não saíam ilesos, frente às investidas dos órgãos de repressão que, através dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs) intensificavam sua busca aos focos “subversivos” comunistas e, mantida as devidas proporções, também anarquistas.

Neste sentido, tal trajetória anarquista, decorrida durante os “anos de chumbo”, que resultaria na saída do anarquismo do cenário sociopolítico citadino rumo à clandestinidade, merece ter sua memória social evocada e problematizada, uma vez que, conforme destaca Beatriz Sarlo, a força do passado “não pode ser suprimida senão pela violência, pela ignorância ou pela destruição simbólica e material” (SARLO, 2007, p. 114).

Referências

Fontes

AÇÃO PENAL 58/69, Rio de Janeiro. Arquivo Brasil Nunca Mais, São Paulo.

AÇÃO PENAL 6/72, Porto Alegre. Arquivo Brasil Nunca Mais, São Paulo.

AN-ARQUIA, nº 2, Curitiba, julho de 1991. Arquivo do Autor, Santa Catarina.

DEALBAR, 1965-1968, São Paulo. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, UNESP, São Paulo.

DECRETO-LEI nº 314, de 13 de março de 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 02 out. 2020.

DECRETO-LEI nº 898, de 29 de setembro de 1969. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 02 out. 2020.

EL COPEY – Uma posição libertária nas lutas revolucionárias dos anos 60/70 da América Latina (Documento FAU, 1972). Porto Alegre: Edições Combate, 2009.

INFORMAÇÃO nº 103/SCI/APA/1968 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

INFORMAÇÃO nº 376, 10 de outubro de 1969 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

INFORMAÇÃO nº 1213, 10 de outubro de 1969 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

INFORMAÇÃO nº 031, 19 de janeiro de 1970 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

INFORMAÇÃO nº 0322, 16 de junho de 1975 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

LIBERA, informativo da Federação Anarquista do Rio de Janeiro, Ano 14, nº 125, Rio de Janeiro, jul/ago de 2004. Arquivo do Autor, Santa Catarina.

O LIBERTÁRIO, 1960-1964, São Paulo. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, UNESP, São Paulo.

Bibliografia

ARANHA, Carla. A ditadura apresenta suas armas. *In: 50 anos do golpe: a ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Abril, 2014.

CUBERO, Jaime. *Seleção de textos e entrevistas*. 2 ed., São Paulo: Centro de Cultura Social, 2015.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12ª ed., São Paulo: Edusp, 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.

RODRIGUES, Edgar. *O anarquismo no banco dos réus (1969-1972)*. Rio de Janeiro: VJR, 1993.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Rafael Viana da. Sementes em terreno pedregoso: o anarquismo na ditadura militar brasileira (1964-1985). *In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália. A ditadura aconteceu aqui*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

_____. Ideias, crítica e combate: o anarquismo na ditadura militar brasileira (1964-1985). *In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da (Org.). História do anarquismo e do*

sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas. Curitiba: Prismas, 2018.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3ª ed., São Paulo: Planeta, 2008.

VIANA, Allyson Bruno. *Anarquismo em papel e tinta: imprensa, edição e cultura libertária (1945-1968)*. Tese de doutorado em História. Fortaleza: UFC, 2014.

Bibliografia consultada

ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Org.). *História do anarquismo no Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

GASPAR, Waleska Sheila. Os “subversivos” anarquistas e a ditadura militar no Brasil: uma análise sobre o processo-crime envolvendo o Movimento Estudantil Libertário (MEL). *Revista Latino-Americana de História*, v. 7, n. 19, Unisinos, p. 86-107, jan./jul. de 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/rlah.v7i19.923/386440>. Acesso em: 10 jan. 2021.

DEMINICIS, Rafael Borges; FILHO, Daniel Aarão Reis (Org.). *História do anarquismo no Brasil*. Vol. 1. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.

MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora do Autor, 2004.

OLIVEIRA, João Henrique de Castro de. *Do underground brotam flores do mal. Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1992)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

RODRIGUES, Edgar. *O ressurgimento do anarquismo (1962-1980)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1993.

_____. *Pequena história da imprensa social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos inflamáveis: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*. Curitiba: Prismas, 2017.

_____. *Um anarquismo latino-americano: estudo comparativo e transnacional das experiências na Argentina, Brasil e Uruguai (1959-1985)*. Tese de Doutorado em História. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2 ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2008.